

PROJETO BÁSICO
(serviços de baixa complexidade)

1. OBJETO: Recuperação das Instalações internas e do telhado do Teatro Vitória em Santarém-PA;

2. DESCRIÇÃO DO LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: Travessa Senador Lemos, nº 60 – Bairro: Conquista – Santarém/PA;

2.1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: Caderno de Especificações e Normas Técnicas Gerais para Obras e Serviços de Engenharia do MPPA, em anexo;

2.2. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA, RECEBIMENTO E GARANTIA

2.2.1. Os serviços ora contratados deverão ser executados no prazo máximo de 30 dias;

2.2.2. O recebimento do objeto pela FISCALIZAÇÃO se dará em duas etapas:

a) Até 15 (quinze) dias, para o recebimento provisório, contados da comunicação escrita de seu término pela Contratada, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em quando serão apontados todos os vícios construtivos aparentes remanescentes de sua execução;

b) Até 30 (trinta) dias, para o recebimento definitivo, contados a partir da data de recebimento do Termo de Recebimento Provisório, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a inexistência de vícios construtivos aparentes, sejam aqueles apontados no Termo de Recebimento Provisório, sejam outros identificados durante o período de observação;

c) O recebimento, provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil da Contratada pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados, durante o período de garantia previsto neste instrumento.

d) Os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo serão lavrados e assinados pelo servidor fiscal indicado pelo Ministério Público do Estado do Pará, e por um representante da Contratada;

2.2.3. A Contratada deverá efetuar a medição dos serviços executados e entregar à Contratante, que terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias para confirmar o aceite e processar a mesma;

2.2.4. No caso de não aceitação da medição realizada, a Contratante devolverá à Contratada para retificação, devendo emitir nova medição no prazo de 03 (três) dias. A Contratante terá o prazo de 07 (sete) dias para confirmar ou não o aceite;

2.2.5. Na hipótese de ser verificada a impropriedade do material/serviço no ato da entrega, o mesmo será imediatamente rejeitado, no todo ou em parte, a critério da FISCALIZAÇÃO responsável pelo seu recebimento, sendo o fornecedor notificado a proceder à substituição no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, sendo-lhe, ainda, concedido 02 (dois) dias úteis para retirada do material ou parte do que foi rejeitado.

2.2.6. A justificativa com a solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para entrega do serviço, deverá ser protocolizada no Protocolo do Ministério Público do Estado do Pará, localizado no Ed. Sede do Órgão, Rua João Diogo nº. 100 – Cidade Velha, no horário de 8h às 17:00h de segunda a sexta-feira, exceto feriados e dias facultados, ficando a critério da Fiscalização do Contrato a sua aceitação;

2.2.7. Os serviços executados terão garantia mínima de 1 (um) ano, contado do recebimento definitivo dos serviços;

2.2.8. Durante o prazo de garantia, a Contratada ficará obrigada a reparar qualquer defeito relacionado à má execução dos serviços objeto desta solicitação de proposta de prestação de serviços, sempre que houver solicitação, e sem ônus para a Contratante;

2.2.9. Relativamente, ao disposto neste item, aplicam-se também, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

3. JUSTIFICATIVA: Considerando análise da Divisão de Engenharia após vistoria técnica realizada no Teatro Vitória, verificou-se a necessidade da execução dos serviços listados na planilha orçamentária, para salvaguardar a infraestrutura da edificação e consequentemente a segurança dos usuários.

4. PRAZO DE EXECUÇÃO: 30 dias;

5. VALOR TOTAL ORÇADO: R\$ 31.364,37 (trinta e um mil, trezentos e sessenta e quatro reais e trinta e sete centavos);

6. ORÇAMENTO DETALHADO: Folha 03;

7. PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado pelo Departamento Financeiro do Ministério Público, em conta corrente bancária da Contratada por ela fornecida, salvo atraso na liberação de recursos pela Secretaria Executiva de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF, em até os 20 (vinte) dias corridos, contados da data do atesto da Nota Fiscal/Fatura, observando as especificações exigidas nesta solicitação de proposta de prestação de serviços.

7.1.1. O pagamento dos fornecedores de bens e prestadores de serviços dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado do Pará somente será efetuado mediante crédito em conta corrente aberta no Banco do Estado do Pará S/A – BANPARÁ, conforme Decreto Estadual nº 877 de 31/03/2008.

a) Caso o prestador não possua conta no banco BANPARA, será cobrada pelo banco taxa referente ao DOC/TED, sendo o valor desta taxa automaticamente descontado no valor depositado para pagamento da prestação do serviço.

7.2. A Contratada deverá encaminhar um ofício solicitando o pagamento com os seguintes documentos:

7.2.1. Nota fiscal (fatura);

7.2.2. Boletim de medição e recibo;

7.2.3. Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais, dívida ativa da União e contribuições previdenciárias;

7.2.4. Certificado de regularidade do FGTS – CRF;

7.2.5. Certidão negativa de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

7.2.6. Certidão negativa de débitos com Fazenda Estadual;

7.2.7. Certidão negativa de débitos com a Fazenda Municipal.

7.3. O atesto da nota fiscal será efetuado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento definitivo do serviço pelo responsável pela fiscalização no local anteriormente mencionado

7.4. A nota fiscal que contiver erro será devolvida à contratada para retificação e reapresentação, iniciando a contagem dos prazos fixados para o ATESTO a partir do recebimento da Nota Fiscal corrigida.

8. DIRETOS E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

8.1. Sem que a isto limite seus benefícios, o CONTRATANTE terá os seguintes direitos:

8.1.1. Receber os serviços de acordo com o que consta neste instrumento;

8.2. Sem que a isto limite sua responsabilidade, será o CONTRATANTE responsável pelos seguintes itens:

8.2.1. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Contratada;

8.2.2. Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato;

8.2.3. Designar um servidor como Fiscal de Contrato, que deverá acompanhar e fiscalizar a Contratada em todas as visitas, comprovar e relatar, por escrito, as eventuais irregularidades na prestação de serviços, sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida e acompanhar o período de garantia dos serviços;

8.2.4. Acompanhar a execução, podendo intervir para fins de ajustes ou suspensão da entrega;

8.2.5. Solicitar afastamento de qualquer profissional que não estiver apto ao cumprimento das obrigações assumidas ou que não tenha comportamento adequado no serviço.

9. DIRETOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Sem que a isto limite suas garantias, a Contratada terá os seguintes direitos;

9.1.1. Receber informações e esclarecimentos necessários ao cumprimento das condições estabelecidas;

9.1.2. Receber o "Atesto" do recebimento do objeto contratado após verificação das especificações;

9.1.3. Receber formalmente a notificação de ocorrência de irregularidades que a fiscalização identificar na execução do objeto licitado, até para que possa a empresa proceder às correções;

9.1.4. Receber o pagamento nas condições estabelecidas neste instrumento.

9.2. Sem que a isto limite sua responsabilidade, será a Contratada responsável pelos seguintes itens:

9.2.1. Executar o serviço de acordo com as especificações determinadas nesta solicitação de propostas de prestação de serviços;

9.2.2. Manter, na direção do serviço, profissional legalmente habilitado pelo CREA, que será seu preposto, vinculando-se às condições de habilitação;

9.2.3. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este instrumento, no prazo determinado;

9.2.4. Conduzir os serviços em estrita observância com as normas da Legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços sempre limpo e nas melhores condições de Segurança, Higiene e Disciplina.

9.2.5. A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, reconstruir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto desta licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, de acordo com a legislação aplicada;

9.2.6. A Contratada é responsável pela guarda e manutenção do serviço, equipamentos e materiais até o recebimento provisório das mesmas.

9.2.7. A Contratada deverá manter, durante a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive sua capacidade econômico-financeiro, em especial:

a) **Regularidade Fiscal** com a Fazenda Nacional, o Sistema de Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

b) **Regularidade Fiscal** perante as Fazendas Estaduais e Municipais da sede da Contratada;

c) **Regularidade Trabalhista**;

d) **Cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal/88** (trabalho de menores de idade, observada a Lei nº 9.854/1999);

9.2.8. Os materiais a serem fornecidos serão os previstos nas especificações, anexas a este instrumento.

9.2.9. Todos os materiais empregados no serviço serão novos e comprovadamente de primeira qualidade. O construtor só poderá usar qualquer material depois de submetê-lo à aprovação do Fiscal, a qual caberá impugnar o seu emprego quando em desacordo com as normas aqui estabelecidas.

9.2.10. As amostras dos materiais, depois de convenientemente aprovadas pelo Fiscal, à vista do construtor, serão cuidadosamente conservadas no canteiro do serviço até o fim dos trabalhos, de forma a facilitar, a qualquer tempo, a verificação de sua perfeita correspondência aos materiais empregados.

9.2.11. Arcar com todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrente da execução dos serviços objeto desta licitação, inclusive as resultantes de rescisão contratual consoante o art. 71 e seu parágrafo 1º da Lei no 8.666/93. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos estabelecidos neste subitem não transfere a

responsabilidade por seu pagamento à Administração do Ministério Público, nem poderá onerar o objeto desta licitação, razão pela qual a Contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Ministério Público.

9.2.12. Observar a Resolução nº 172/2017-CNMP que altera o artigo 3º, caput, da Resolução CNMP nº 37/2009 e VEDA ao Ministério Público a contratação das pessoas jurídicas que tenham em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação;

a) A vedação do item 10.2.12 não se aplica às hipóteses nas quais a contratação seja realizada por ramo do Ministério Público diverso daquele ao qual pertence o membro ou servidor gerador da incompatibilidade.

b) A vedação do item se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os membros e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização

c) A contratação de empresa pertencente a parente de membro ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo órgão do Ministério Público competente, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

9.2.13. Comunicar ao Contratante quaisquer eventos que possam comprometer a execução do Contrato, tais como: Decretação de Falência, débitos previdenciários, de FGTS e Sociais e outras situações, que afetem a estabilidade econômico-financeira da Empresa, com repercussões no Contrato.

9.2.14. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, responsabilizando-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, por ocasião da execução dos serviços, sem qualquer ônus ao contratante.

9.2.15. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Ministério Público, durante o prazo de fornecimento;

9.2.16. Credenciar, junto ao Órgão, um representante para prestar os devidos esclarecimentos e atender as reclamações que porventura surgirem durante a execução;

9.2.17. Manter durante todo o prazo de vigência da relação obrigacional com a Contratante a regularidade com o Fisco, com o sistema de Seguridade Social, com a legislação trabalhista, com as normas e padrões de proteção ao meio ambiente e cumprimento dos direitos da mulher, inclusive os que protegem a maternidade, sob pena da rescisão contratual, sem direito a indenização conforme preceitua o art. 28 §4º da Constituição do Estado do Pará, assim como todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais vigentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa; devendo encaminhar, quando solicitado, os seguintes documentos:

- a) Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da União;
- b) Certidão negativa de débitos relativos às Contribuições Previdenciárias;
- c) Certidão de regularidade de FGTS – CRF;
- d) Certidão negativa de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- e) Certidão negativa de débitos com a Fazenda Estadual;
- f) Certidão negativa de débitos com a Fazenda Municipal;

9.2.18. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente, sem prévia e expressa anuência do Ministério Público;

9.2.19. Manter, até o término da garantia, endereço e telefone para contato permanentemente atualizados, informando ao Órgão qualquer alteração necessária à consolidação dos ajustes decorrentes deste instrumento, tais como: mudança de endereço, e-mail, razão social, telefone, fax, dados bancários, dissolução da sociedade, falência e outros. A informação de alteração mencionada deverá ser por escrito, mediante documento endereçado à Subprocuradoria-Geral de Justiça - Técnico Administrativa e

protocolizado no Protocolo do Ministério Público do Estado do Pará, localizado no Ed. Sede do Órgão, Rua João Diogo nº. 100 – Cidade Velha, no horário de 8h às 17:00h de segunda a sexta-feira, exceto feriados e dias facultados.

9.2.19. A direção dos serviços contratados cabe exclusivamente à Contratada, que se obriga a obedecer às Especificações e Normas Técnicas Gerais para Serviços de Engenharia em Imóveis do Ministério Público do Estado do Pará e as indicações previstas neste Projeto Básico.

Belém, 08 de novembro de 2019.

LUIZ RICARDO PINHO

Diretor do Departamento de Obras e Manutenção